

Cadernos *IHU ideias*

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 23 | nº 372 | vol. 23 | 2025

**Proposta de definição das juventudes:
diversidades e protagonismos políticos**

Olivia Cristina Perez

Cadernos
IHU ideias

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 23 | nº 372 | vol. 23 | 2025

**Proposta de definição das
juventudes: diversidades e
protagonismos políticos**

Olivia Cristina Perez

Doutora em Ciência Política e professora adjunta
na Universidade Federal do Piauí - UFPI



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Cadernos IHU ideias é uma publicação digital do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

Reitor: Sérgio Mariucci, SJ
Vice-reitor: Artur Eugênio Jacobus

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU

Diretor: Inácio Neutzling, SJ
Diretor-adjunto: Lucas Henrique da Luz
Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XXIII – Nº 372 – V. 23 – 2025

ISSN 2448-0304 (on-line)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling, SJ – Unisinos

Conselho editorial: Bel. Gabriel dos Anjos Vilardi; MS. Guilherme Tenher Rodrigues; Dra. Cleusa Maria Andreatta; Dr. Lucas Henrique da Luz; Dra. Marilene Maia; Dra. Susana Rocca; Dr. Ricardo de Jesus Machado.

Conselho científico: Adriano Naves de Brito (Unisinos, doutor em Filosofia); Angelica Massuquetti (Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade); Berenice Corsetti (Unisinos, doutora em Educação); Celso Cândido de Azambuja (Unisinos, doutor em Psicologia); César Sanson (UFRN, doutor em Sociologia); Gentil Corazza (UFRGS, doutor em Economia); Suzana Kilpp (Unisinos, doutora em Comunicação).

Projeto Gráfico: Ricardo de Jesus Machado

Responsável técnico: Guilherme Tenher Rodrigues

Imagem da capa: Pixabay

Revisão: Isaque Gomes Correa

Editoração: Guilherme Tenher Rodrigues

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos.
– Ano 20. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .v. 21.
Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.
Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 19, n. 326 (2021).
ISSN 2448-0304
1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo/RS, Brasil

Proposta de definição das juventudes: diversidades e protagonismos políticos

Olivia Cristina Perez

RESUMO: O texto discute as definições negativas do senso comum sobre as juventudes, que frequentemente as retratam como homogêneas, irresponsáveis, desinteressadas pela política e economicamente dependentes. Argumenta-se que tais visões são limitadas e fundamentadas no adultocentrismo, que impõe padrões baseados na experiência adulta. O objetivo do estudo é propor uma definição alternativa das juventudes, reconhecendo-as como uma categoria social e política historicamente construída. Nossa definição enfatiza a diversidade das juventudes, sua condição de sujeitos de direitos, seu protagonismo na conquista deles e seus ensinamentos sobre os limites e formas de aprimorar a democracia. Metodologicamente, o texto adota um formato de ensaio, reunindo literatura acadêmica e contribuições dos movimentos sociais. Como contribuição, a definição proposta incorpora a interseccionalidade como chave analítica, permitindo uma compreensão mais ampla das desigualdades que atravessam as juventudes e fortalecendo seu protagonismo na construção democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes. Jovens. Interseccionalidade. Participação política.

Proposal for the definition of youths: diversities and political leadership

Olivia Cristina Perez

ABSTRACT: This paper discusses the negative definitions of youth commonly found in public discourse, which often depict them as homogeneous, irresponsible, politically uninterested, and economically dependent. It argues that such perspectives are limited and based on adultcentrism, which imposes standards rooted in adult experiences. The study aims to propose an alternative definition of youth, recognizing them as a historically constructed social and political category. Our definition highlights the diversity of youths, their status as rights-bearing subjects, their protagonism in securing these rights, and their contributions to understanding the limits of democracy and ways to enhance it. Methodologically, the paper follows an essay format, drawing on academic literature and contributions from social movements. As a key contribution, the proposed definition incorporates intersectionality as an analytical framework, enabling a broader understanding of the inequalities affecting youths and reinforcing their leadership in democratic construction.

KEYWORDS: Youths. Young people. Intersectionality. Political participation.

Proposta de definição das juventudes: diversidades e protagonismos políticos

Olivia Cristina Perez

Doutora em Ciência Política e professora adjunta
na Universidade Federal do Piauí - UFPI

INTRODUÇÃO

No Brasil, a relevância das juventudes é evidente quando analisamos sua representatividade populacional: cerca de 50 milhões de brasileiros têm entre 15 e 29 anos, o que corresponde a um quarto da população (Gonçalves, 2022). Esse grupo não apenas compõe uma parcela significativa da sociedade, mas também desempenha um papel central em transformações políticas e sociais. O protagonismo das juventudes foi determinante em momentos históricos recentes, como nas Jornadas de Junho de 2013 (Perez, 2024a).

Apesar de sua força mobilizadora, as juventudes enfrentam desafios estruturais que limitam seu potencial de transformação social. São as mais impactadas pelo desemprego, pela precarização do trabalho, por cortes na educação e por diversas formas de violência. Para ilustrar essa realidade, o desemprego atinge 41,8% dos jovens de 14 a 17 anos e 26,8% daqueles entre 18 e 24 anos (Queiroz, 2022). Além disso, jovens de setores populares e periféricos são frequentemente alvos de repressão e criminalização, especialmente quando ocupam o espaço público para reivindicar direitos (Perez; Vommaro, 2023).

As políticas públicas voltadas às juventudes no Brasil ainda são recentes e pouco consolidadas. Somente na década de 1990 o governo começou a incorporar as juventudes em suas agendas, ainda sob uma perspectiva de resolver supostos “problemas” desse grupo. O reconhecimento das juventudes como sujeitos de direitos só ganhou força a partir de 2003, durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com avanços como a criação do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e da Política Nacional de Juventude (PNJ) em 2005, além da promulgação do Estatuto da Juventude em 2013 (Pinheiro *et al.*, 2016).

Apesar desses avanços, as juventudes frequentemente são definidas de maneira negativa pelo senso comum, que tende a reduzi-las a concepções limitadas e estereotipadas. Essas definições incluem a ideia de que as juventudes são homogêneas, irresponsáveis, desinteressadas pela política, economicamente dependentes e inclinadas à transgressão. Além disso, são frequentemente vistas como uma fase passageira e incompleta da vida, na qual os indivíduos ainda não teriam plena

capacidade de agir social e politicamente. No entanto, essas interpretações apresentam limitações significativas, pois desconsideram a diversidade das juventudes e ignoram os múltiplos papéis que desempenham na sociedade.

Argumentamos que essas visões negativas são fundamentadas em uma perspectiva adultocêntrica, que impõe às juventudes um padrão baseado na vida adulta, desvalorizando suas formas próprias de existência, participação e organização social. O adultocentrismo é um termo que se refere à centralidade da experiência adulta como norma para definir comportamentos, valores e capacidades sociais. Ele estrutura relações de poder nas quais os adultos determinam o que é considerado adequado para os jovens, desqualificando suas práticas e impondo a ideia de que a juventude é apenas uma fase transitória para a vida adulta. Essa perspectiva naturaliza a hierarquia geracional e reforça a ideia de que os jovens precisam ser tutelados por adultos ou pelo Estado, negando sua autonomia e agência política.

Indo mais além, a perspectiva adultocêntrica garante uma certa permanência de adultos nos espaços de poder, limitando a entrada das juventudes. Como consequência, as juventudes são muitas vezes impedidas de entrar ou de atuar de forma central nas esferas decisórias, e suas formas de participação social e política são desconsideradas ou deslegitimadas.

Contribuindo para a superação de visões negativas acerca das juventudes, este ensaio propõe uma definição de juventudes que enfatiza as diversidades e o protagonismo delas. Nossa proposta enfatiza cinco aspectos fundamentais: (1) as juventudes como uma construção social e política, ou seja, um conceito dinâ-

mico e historicamente situado; (2) a diversidade das juventudes, e a importância da interseccionalidade para compreender as desigualdades que atravessam esse grupo; (3) o reconhecimento das juventudes como sujeitos de direitos; (4) o protagonismo das juventudes na conquista de direitos e no debate público; e (5) os ensinamentos que as juventudes oferecem sobre os limites da democracia e as formas de superá-los.

Nossa definição leva em conta os ensinamentos do campo dos movimentos sociais, que têm destacado a importância da interseccionalidade como ferramenta para compreender e enfrentar desigualdades estruturais. O conceito foi popularizado por Kimberlé Crenshaw (2002), que destacou como raça, gênero e classe social interagem na produção das desigualdades. No Brasil, autoras como Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2005) avançaram na análise dessas interseções, evidenciando como diferentes formas de discriminação se articulam na realidade social. Atualmente, no campo movimentalista, a interseccionalidade é uma ferramenta de luta por justiça social.

A interseccionalidade como chave de compreensão nos mostra que marcadores sociais como classe, raça, gênero, sexualidade e território influenciam diretamente as oportunidades e os desafios enfrentados pelos jovens. Esses fatores não podem ser analisados isoladamente, pois suas interseções geram diferentes formas de exclusão e desigualdade.

Metodologicamente, este trabalho aproxima-se do formato de ensaio, pois se baseia no conhecimento produzido sobre o campo das juventudes e pela bagagem da própria autora para propor uma definição das juventudes. A abordagem se apoia em uma revisão da

literatura acadêmica e no acúmulo de pesquisas próprias. Ainda que o trabalho seja em parte construído com base nas pesquisas da autora, diversos autores e autoras são mobilizados para construir uma argumentação que dialogue com as concepções contemporâneas sobre juventudes, reconhecendo sua complexidade e suas múltiplas formas de participação e expressão social.

Consideramos importantes as reflexões sobre definições de juventudes, pois a definição do que é ser jovem não é neutra nem fixa; pelo contrário, é um campo de disputa que reflete interesses sociais, políticos e econômicos. Em diferentes momentos históricos, a juventude foi interpretada de maneiras distintas, variando conforme as condições estruturais e as relações de poder em cada sociedade. Essa definição em disputa tem implicações diretas para a formulação de políticas públicas e para o reconhecimento das juventudes como sujeitos de direitos.

Por exemplo, quando se reconhece a juventude como um grupo social com necessidades e desafios próprios, surgem marcos normativos como o Estatuto da Juventude, que garante direitos específicos. Por outro lado, quando prevalecem visões que reduzem a juventude à dependência ou à desordem, as políticas tendem a ser punitivistas ou assistencialistas, sem garantir sua plena participação na sociedade.

Contribuindo com esse campo, nossa definição de juventudes valoriza suas especificidades e desafios. Ao reconhecer as juventudes como uma categoria plural e socialmente situada, buscamos contribuir para um debate que fortaleça sua inclusão e participação na construção de um futuro mais democrático e equitativo.

DEFINIÇÕES COMUNS E SUAS LIMITAÇÕES

Fase da vida

Conforme um certo senso comum, as juventudes são entendidas como uma fase da vida negativa. Nessa perspectiva, as juventudes representam um período de transição caracterizado por rebeldia e contestação, mas que, com o tempo, essa postura se esgota. Segundo essa visão, os questionamentos das juventudes às instituições democráticas não passariam de uma fase passageira, movida mais por emoções e impulsividade do que por uma análise crítica consistente. Dessa forma, suas reivindicações são desqualificadas como ingênuas ou idealistas, sem um real embasamento na realidade política.

Essa visão desconsidera que as juventudes têm sido um dos principais agentes de transformação social ao longo da história. Por exemplo, as juventudes tiveram papel fundamental em momentos históricos, como a resistência contra a ditadura militar nos anos 1960, as manifestações das Diretas Já!, os protestos dos “caras-pintadas” contra o ex-presidente Collor em 1992 e as Jornadas de Junho de 2013, quando milhares de brasileiros reivindicaram direitos sociais e criticaram o Estado. Mais recentemente, destacam-se as ocupações de escolas e universidades em 2016 em defesa da educação e as manifestações de 2019 contra o bloqueio de recursos da educação promovido pelo governo Bolsonaro. Mesmo a pandemia não foi suficiente para conter as mobilizações, com jovens protestando a favor da vacinação (Perez; Vommaro, 2023).

Ainda há uma certa visão de que as juventudes são uma fase de vida rebelde e por isso os posicionamentos à esquerda no espectro político ideológico. De fato, os primeiros estudos sobre juventude reforçaram essa visão, abordando a temática sob a ótica da transformação social e reconhecendo a juventude como ator relevante nos movimentos e nas mudanças dos padrões de comportamento (Melucci, 2001).

No entanto, na última década tornou-se evidente que as juventudes também participam de movimentos conservadores e reacionários. No Brasil, entre 2015 e 2016, o Movimento Brasil Livre (MBL) organizou grandes manifestações pelo *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), demonstrando a diversidade ideológica da juventude. A eleição de deputados federais jovens em 2022 reforça essa diversidade, com representantes tanto da esquerda, como Tabata Amaral (PSB) e Dandara (PT), quanto da direita, como Nikolas Ferreira e André Fernandes (PL). Além disso, parlamentares como Kim Kataguirí (União) e Pedro Aihara (Patriota) representam a extrema-direita, enquanto Amom Mandel (Cidadania) e Maria Arraes (Solidariedade) ocupam posições de centro-direita (Perez, 2024b). A presença significativa de jovens em diferentes espectros políticos desmente a associação automática entre juventude e esquerda, confirmando que as juventudes são diversas.

A juventude é frequentemente vista como uma fase da vida inacabada, um período transitório que antecede a maturidade plena. Essa percepção gera uma expectativa de que os jovens precisam estar sempre aprendendo, se formando e sendo orientados, como se estivessem constantemente em um estágio de prepara-

ção para a “vida real”. Esse olhar paternalista ignora a agência jovem e desconsidera as experiências, vivências e reflexões que as juventudes desenvolvem a partir de sua inserção no mundo. Em vez de reconhecer as juventudes como sujeitos capazes de contribuir para o aprimoramento da sociedade, a narrativa dominante tende a infantilizá-las, restringindo sua autonomia e sua voz nos debates públicos.

Esse enquadramento da juventude como uma fase de aprendizado contínuo está presente nas instituições educacionais, nas políticas públicas e até no discurso social, que enfatiza a necessidade de “ensinar” os jovens sobre política, ética, cidadania e outros aspectos da vida em sociedade. Embora a educação seja um direito fundamental e um instrumento essencial para a formação crítica, a imposição de um modelo de aprendizagem hierárquico, em que adultos são sempre os detentores do conhecimento e os jovens apenas receptores passivos, reforça a ideia de que a juventude não tem nada a ensinar. Essa visão desconsidera que os jovens constroem saberes a partir de suas próprias experiências, ampliam repertórios culturais e desenvolvem formas inovadoras de engajamento político e social.

Em última instância, tais visões apresentadas são adultocêntricas, pois definem as juventudes a partir de um ideal que seria o mundo adulto. A desvalorização do pensamento das juventudes não apenas subestima suas capacidades intelectuais, mas também limita sua participação ativa na construção do mundo. Dessa forma o mundo e, principalmente, as instituições de poder continuam a ser ocupados por adultos. Como consequência são formuladas decisões que por vezes não

têm conexão com as experiências e necessidades das juventudes. Daí a importância de incluí-la em todas as arenas decisórias.

Blocos homogêneos

O senso comum muitas vezes reduz as juventudes a um grupo homogêneo, ignorando sua diversidade social, racial, econômica e territorial. Em alguns discursos, as juventudes são associadas exclusivamente a jovens estudantes brancos de classes mais altas, moradores de regiões com maior acesso a recursos e oportunidades. Nessa perspectiva, seriam indivíduos privilegiados, alheios às dificuldades da maior parte da população e engajados apenas em questões abstratas ou acadêmicas, distantes da realidade concreta do país. Por outro lado, há uma visão oposta que associa as juventudes apenas a jovens negros, periféricos e pobres, vistos como sinônimo de vulnerabilidade social, desemprego e carência de perspectivas.

No entanto, a experiência de ser jovem varia significativamente conforme marcadores sociais como gênero, raça, classe, sexualidade, região, deficiência e vínculo com o mercado de trabalho. Mulheres, pessoas pretas, indígenas, moradoras de periferias, trabalhadoras, deficientes e a população LGBTQIA+ vivenciam a juventude de forma distinta, enfrentando desigualdades estruturais que impactam suas trajetórias e formas de expressão (Araújo; Perez, 2023). Portanto, as juventudes são diversas entre si, e essas clivagens sociais precisam ser analisadas em sua interseccionalidade, conforme demonstrado pelos movimentos feministas negros (Crenshaw, 2002). Esse olhar permite diferen-

ciar, por exemplo, as vivências de uma jovem negra da periferia daquelas de um jovem branco de uma região privilegiada, destacando como a posição social influencia o acesso a direitos e oportunidades.

Além da diversidade de vivências, a participação política das juventudes também se manifesta de múltiplas formas, indo além da noção tradicional de engajamento eleitoral. A participação pode ocorrer por meio do voto, da presença em protestos, do ativismo digital e do envolvimento em partidos políticos, movimentos sociais ou ações individuais. A pluralidade de experiências políticas das juventudes reflete tanto diferenças ideológicas quanto distintos meios de mobilização, incluindo a atuação nas redes sociais e em espaços institucionais. Nesse sentido, compreender as juventudes requer um olhar ampliado sobre a política, considerando suas formas contemporâneas de engajamento e expressão (Perez, 2024b).

Um exemplo dessa diversidade organizativa é o crescimento dos coletivos, que se apresentam como uma alternativa aos formatos tradicionais de participação. Diferentemente dos partidos e movimentos sociais, os coletivos surgem com a proposta de incluir grupos historicamente marginalizados nos processos decisórios, promovendo maior horizontalidade e representatividade (Perez, 2024b). Essa forma de organização demonstra como as juventudes não apenas participam politicamente, mas também criam espaços para exercer seu protagonismo.

A visão limitada da juventude como um grupo homogêneo e incompleto está diretamente ligada à posição social dos formuladores dos padrões e discursos sobre a sociedade. Em sua maioria, essas formulações

partem de um grupo restrito de homens brancos, mais velhos, ricos e moradores de regiões privilegiadas, que historicamente ocupam os espaços de poder. Esses grupos estabelecem os parâmetros do que é considerado válido no debate público e acadêmico, projetando suas próprias experiências e valores como universais. No entanto, essa perspectiva ignora a diversidade da população brasileira, restringindo a compreensão sobre as juventudes e suas diferentes formas de existência e participação política.

Ao manter esse padrão de exclusão, os formuladores das normas sociais consolidam um ciclo de invisibilização das juventudes diversas. Esse controle discursivo e institucionalizado impede que novas vozes e experiências sejam incorporadas nos processos de decisão, mantendo os espaços de poder inacessíveis à maioria da população. Para romper com essa lógica, é essencial reconhecer e valorizar a pluralidade das juventudes, garantindo sua inclusão real nos debates e na construção de políticas que reflitam as necessidades e demandas de toda a sociedade.

Trabalho e ocupação

Uma visão amplamente difundida no senso comum sugere que as juventudes não trabalham e dependem exclusivamente do suporte financeiro dos pais ou responsáveis. Essa concepção associa as juventudes a uma fase de lazer e despreocupação, como se todas estivessem exclusivamente dedicadas aos estudos ou ao entretenimento. Esse discurso reforça a ideia de que as

juventudes não possuem compromissos financeiros e que, por isso, não deveriam ter reivindicações no campo econômico e político.

No entanto, essa percepção não condiz com a realidade das juventudes brasileiras. Segundo o IBGE, em 2023, cerca de 21% da população dessa faixa etária estava sem estudar nem trabalhar – a menor taxa histórica. Ou seja, é fundamental ponderar que muitos jovens conciliam trabalho e estudo, enfrentando jornadas duplas e até triplas para garantir sua subsistência e o avanço acadêmico (IBGE, 2023).

Assim, a ideia de que as juventudes não trabalham ignora as dificuldades enfrentadas pelos jovens trabalhadores, que lidam com instabilidade econômica, baixos salários e dificuldades de acesso ao emprego formal.

Outro problema dessa interpretação é que ela reforça o estereótipo de que os jovens não estudam nem trabalham. Além disso, ignora o trabalho informal e os chamados “invisíveis”, como o trabalho doméstico. Os dados do IBGE de 2023 mostram que as jovens negras atingiram um ápice histórico: 45,2% delas estão na condição de quem nem estuda nem trabalha. Em vez de reforçar visões pejorativas, os estudos sobre esse grupo deveriam destacar a quantidade de trabalhos invisíveis a que essas jovens estão submetidas (IBGE, 2023).

Mas, principalmente, a interpretação de que os jovens não estudam e nem trabalham ignora as dificuldades que eles enfrentam para acessar empregos formais e continuar os estudos. Muitos não conseguem ingressar na universidade devido às mensalidades altas, que se tornam inviáveis. Além disso, conciliar

trabalhos formais e informais com a educação universitária é um desafio constante, tornando o acesso e a permanência nos estudos ainda mais difícil.

O adultocentrismo contribui para essa visão distorcida, pois a definição de trabalho é baseada exclusivamente no mercado formal, desconsiderando atividades como trabalhos informais e cuidados domésticos. Como essas formas de trabalho são menos visíveis dentro das estruturas tradicionais, são frequentemente desqualificadas ou tratadas como inexistentes.

Política

Em relação à política, o senso comum negativo entende que as juventudes são desinteressadas e apáticas. Acredita-se que seu envolvimento seja superficial, impulsionado por modismos passageiros e pautado por uma lógica individualista. Para essa perspectiva, o afastamento das juventudes das formas tradicionais de participação, como partidos políticos e sindicatos, indicaria uma falta de compromisso com o fortalecimento das instituições democráticas.

No entanto, a relação entre juventude, partidos e eleições refuta a ideia de desinteresse dos jovens pela política institucional. No Brasil, cidadãos entre 16 e 29 anos representam cerca de 24% do eleitorado, sendo que o engajamento eleitoral pode ser intensificado. Em 2022, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) identificou uma queda na participação dos eleitores mais jovens ao longo da última década, mas campanhas institucionais e da sociedade civil reverteram parcialmente essa tendência. Como resultado, o número de eleitores

entre 16 e 17 anos cresceu 51% em relação a 2018, alcançando mais de 2,1 milhões de jovens aptos a votar (TSE, 2023).

O que os estudos mostram não é que os jovens não se desinteressam pela política em geral, mas sim pela forma como os partidos políticos a exercem (Araújo; Perez, 2023). Os partidos políticos são tradicionalmente ocupados por uma elite composta por homens brancos, ricos e mais velhos. Esse perfil dominante impõe barreiras à entrada de jovens, especialmente na participação em decisões centrais. A burocracia e a hierarquia rígida dessas organizações afastam as juventudes, que as veem como pouco acessíveis e excludentes. Como resultado, muitos jovens se distanciam dos partidos, percebendo-os como estruturas engessadas que dificultam sua atuação e representação política.

Mesmo diante da rejeição aos partidos tradicionais, os jovens continuam a desempenhar um papel central no cenário eleitoral e político. A eleição de Nikolas Ferreira como deputado federal mais votado do Brasil em 2022, com 1,47 milhão de votos, exemplifica esse protagonismo.

Além disso, os protestos de Junho de 2013 demonstraram que a participação política das juventudes não se limita às eleições, mas é ampla e inclui a ocupação das ruas. As Jornadas de Junho de 2013 levaram milhares de brasileiros, principalmente jovens, às ruas em todo o país. De início, os protestos exigiam a redução da tarifa do transporte público. Rapidamente, as pautas se ampliaram para incluir direitos sociais e melhorias nos serviços públicos. Muitos jovens foram socializados politicamente nesse contexto. Eles passaram a ver as organizações políticas, em especial as estatais,

como hierárquicas e ineficientes. Para superar isso, surgiram e se multiplicaram os coletivos. Essas organizações propunham, pelo menos no discurso, maior inclusão e horizontalidade (Perez, 2024a).

A análise dos coletivos é fundamental, pois eles representam não apenas a diversidade das formas de participação política das juventudes, mas também um esforço consciente para incluir essa diversidade nos processos decisórios das organizações.

Os coletivos, em geral, defendem a inclusão das diversidades tanto no campo dos direitos quanto nos processos de tomada de decisão política. Primeiramente, atuam na defesa de grupos historicamente com mais dificuldades de acesso a direitos, como mulheres, negros/as, população LGBTQIA+, jovens e moradores de periferias, denunciando violações de direitos e promovendo ações para garantir a sua preservação e ampliação. Além disso, esses grupos não apenas reivindicam que o Estado concretize direitos, mas também exigem a presença ativa dessas populações nas esferas de decisão. Para os coletivos, a inclusão política não se limita ao acesso a direitos sociais; é essencial que aqueles tradicionalmente excluídos possam participar das decisões que afetam suas vidas, seja em instituições públicas, seja dentro das próprias organizações de militância (Perez; Souza, 2020).

Dessa forma, os coletivos reivindicam mais do que a ampliação do acesso da população a direitos; eles exigem a inclusão de todos os grupos historicamente com pouco espaço nas arenas decisórias nos processos coletivos de tomada de decisão. Essa reivindicação não se

restringe ao discurso, mas se concretiza na própria estrutura dos coletivos, que operam de forma horizontal para garantir a participação ativa de seus integrantes.

Assim, as juventudes contemporâneas vêm se organizando de maneiras distintas das gerações anteriores, contestando o modelo tradicional dos partidos políticos, considerados excessivamente burocráticos e hierárquicos (Perez; Souza, 2020). No entanto, isso não significa um rompimento total com essas estruturas, mas sim uma tentativa de transformá-las a partir de dentro, o que explica a presença de coletivos feministas e negros dentro dos próprios partidos políticos. Essa atuação híbrida reforça a diversidade de estratégias políticas adotadas pelas juventudes e evidencia a busca por maior representatividade e democratização dos espaços de poder.

A visão adultocêntrica sobre a política reforça essa ideia equivocada ao definir a participação apenas dentro dos moldes institucionais. No entanto, pesquisas indicam que as juventudes têm reinventado as formas de participação, utilizando redes sociais, ativismo digital e protestos como ferramentas de engajamento, além da própria organização em forma de coletivos. Assim, a crítica de que os jovens não participam da política é, na verdade, um reflexo da incapacidade das instituições tradicionais de se adaptarem às novas formas de ativismo.

PROPOSTA DE DEFINIÇÃO DAS JUVENTUDES

Para superar as limitações das definições mais comuns sobre as juventudes, inspirando-se na perspectiva de Pablo Vommaro (2015), adotamos uma defi-

nição social e relacional, entendendo a juventude como uma categoria dinâmica e historicamente construída, sujeita a transformações ao longo do tempo. Além disso, destacamos outros quatro aspectos fundamentais para entender as juventudes: suas diversidades, o fato de que são sujeitos de direitos, o protagonismo na conquista deles, seus ensinamentos sobre os limites da democracia e as formas de superá-los.

O primeiro argumento trata da juventude como uma categoria social e política, rejeitando definições que a reduzem a faixas etárias fixas ou a fases biológicas estanques. Diferentemente de uma concepção naturalizada da juventude como um estágio de transição linear entre a infância e a vida adulta, argumentamos que a juventude deve ser compreendida como um conceito historicamente situado, construído por meio de relações sociais, econômicas e culturais.

A construção social da juventude não apenas reflete mudanças estruturais, mas também é resultado da ação dos próprios jovens na luta por reconhecimento e direitos. No Brasil, movimentos estudantis, coletivos e organizações políticas desempenharam papel central na ampliação do reconhecimento das juventudes como sujeitos de direitos, influenciando políticas públicas e promovendo mudanças nas percepções sociais. O Estatuto da Juventude, promulgado em 2013 no Brasil, é um marco desse reconhecimento, consolidando direitos específicos para pessoas entre 15 e 29 anos e reconhecendo a juventude como um grupo estratégico para o desenvolvimento social e econômico do país.

Compreender a juventude como uma categoria social e política exige, portanto, um olhar atento às transformações que moldam sua definição e às disputas em

torno desse conceito. Isso significa não apenas analisar como as juventudes são representadas ao longo do tempo, mas também entender por que certas definições ganham força em determinados contextos. Em períodos de ascensão de projetos políticos mais à direita nos governos, por exemplo, é comum que a juventude seja vista como um problema, seja pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho, seja por discursos moralizantes que criminalizam suas práticas e formas de expressão. Por outro lado, em momentos de efervescência política, as juventudes emergem como agentes de transformação, pressionando por mudanças e expandindo os limites da participação democrática.

O segundo aspecto enfatizado da nossa definição é a importância de se considerar a diversidade na compreensão das juventudes. Diferentes jovens vivenciam essa etapa de maneira desigual, dependendo de seu pertencimento racial, de gênero, de classe, de território e de outras identidades sociais. A diversidade é central para entender as juventudes. Por isso, nos referimos sempre às juventudes no plural, enfatizando que existem múltiplas juventudes, cada uma com experiências e desafios específicos.

Clivagens como renda, gênero, raça, sexualidade, região e vínculo com o mercado de trabalho impactam diretamente na forma como os jovens acessam direitos e constroem suas identidades (Araújo; Perez, 2023). O conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Crenshaw (2002), é essencial para essa abordagem. Ele permite compreender que raça, gênero, sexualidade e outros marcadores não podem ser analisados isoladamente, pois interagem e produzem diferentes formas

de desigualdade. Dessa forma, as experiências das juventudes são múltiplas e não podem ser reduzidas a um grupo homogêneo.

A participação política das juventudes é igualmente diversa, manifestando-se tanto no voto e em protestos quanto em mobilizações digitais, coletivos, partidos políticos e movimentos sociais. O espectro ideológico também é heterogêneo: embora a juventude seja historicamente associada a pautas progressistas, há um crescimento expressivo do conservadorismo e do antipartidarismo entre os jovens (Araújo; Perez, 2023).

O terceiro argumento trata das juventudes como sujeitos de direitos. Elas não podem ser vistas apenas como um período de transição para a vida adulta, mas como grupos sociais que possuem demandas e direitos próprios. No Brasil, o Estatuto da Juventude estabelece garantias para pessoas de 15 a 29 anos. Ele consolida-as como sujeitos de direitos e agentes estratégicos para o desenvolvimento nacional (Brasil, 2013). Essa normatização reconhece a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso dos jovens à educação, cultura, trabalho, saúde e participação social.

O quarto argumento trata do protagonismo das juventudes na conquista de direitos. As juventudes historicamente desempenham um papel fundamental em processos de transformação política e social. No Brasil, participaram ativamente de eventos marcantes, como as mobilizações pela redemocratização (Diretas Já), o movimento dos caras-pintadas contra Fernando Collor (1992) e as ocupações estudantis de 2016. Mais recentemente, foram protagonistas nas Jornadas de Junho de 2013, nos protestos em defesa da educação

em 2019 e nas manifestações pelo direito à vacinação durante a pandemia (Perez; Vommaro, 2023). Os protestos de 2013, em especial, marcaram um ponto de inflexão. Inicialmente centrados na redução das tarifas de transporte público, rapidamente se expandiram para reivindicações mais amplas, incluindo o direito à cidade e a ampliação de direitos sociais para grupos historicamente com mais dificuldade de acesso ao direito (Perez, 2024a).

Sabemos que há um certo distanciamento das juventudes e da população em relação à política institucional, prova disso é a desconfiança das juventudes em relação aos partidos políticos, muitas vezes manifestada na forma de antipartidarismo. Essa rejeição se deve, em parte, à percepção de que os partidos são instituições fechadas, dominadas por elites políticas brancas, masculinas e de classes privilegiadas (Araújo; Perez, 2023). Além disso, a intensa cobertura midiática sobre escândalos de corrupção, especialmente os associados ao Partido dos Trabalhadores (PT) no contexto do *impeachment* de Dilma Rousseff, contribuiu para a deterioração da imagem dos partidos entre os jovens (Perez, 2024b).

No entanto, isso não significa ausência de atuação política por parte das juventudes. As juventudes passaram a experimentar novas formas de mobilização, sendo os coletivos um dos principais exemplos desse fenômeno. Diferentemente dos partidos, os coletivos adotam estruturas organizativas mais horizontais, evitando hierarquias rígidas e centralização de poder (Perez; Souza, 2020).

Por fim, o quinto ponto que enfatizamos na compreensão das juventudes diz respeito aos seus ensinamentos sobre os limites da democracia e as formas de superá-los. Muitos jovens organizados em coletivos defendem modelos políticos mais horizontais e inclusivos, capazes de representar a diversidade da sociedade brasileira. Eles questionam as estruturas rígidas e excludentes das instituições políticas tradicionais e propõem novas formas de participação democrática (Perez; Souza, 2020).

Para muitos jovens, o Brasil avançou na consolidação da democracia eleitoral, mas ainda enfrenta desafios na construção de uma democracia substantiva, capaz de reduzir desigualdades e ampliar o acesso a direitos. Além disso, para parte deles, as instituições não melhoraram significativamente suas vidas, pois ainda reproduzem desigualdades de raça, gênero e classe.

Essa percepção está diretamente ligada ao papel da sociedade civil, que tem denunciado que as desigualdades sociais vão além da dimensão de classe e se interseccionam com raça, gênero, sexualidade, geração e região. Ao constatarem que as instituições democráticas reproduzem e reforçam desigualdades, como o racismo e o sexismo, muitos jovens desenvolvem um sentimento de rejeição a essas estruturas. Essa insatisfação não se traduz apenas em críticas, mas também em propostas concretas para transformar as instituições, tornando-as mais inclusivas e horizontais. A juventude reivindica que a democracia não se limite ao voto, mas que seja exercida também por meio do com-

partilhamento de decisões com a maioria da população historicamente excluída, como mulheres, negros/as, LGBTQIA+, jovens e moradores de periferias.

Diante disso, as juventudes buscam alternativas para fortalecer a democracia e torná-la mais acessível a todos. Os coletivos são um exemplo dessa transformação. Os coletivos, surgidos como uma alternativa às organizações políticas tradicionais, apresentam um modelo organizativo que pode inspirar essa transformação institucional.

As juventudes estão ensinando o que chamamos aqui de democratização das instituições, que passa pela inclusão da diversidade nas decisões coletivas. Os/as jovens ensinam que todas as deliberações políticas devem considerar os grupos mais afetados pelas políticas públicas, garantindo-lhes não apenas direitos, mas também voz ativa na formulação de soluções.

A democratização das instituições, ao incluir de forma plena as populações historicamente com mais dificuldade de acesso a direitos, permitiria decisões mais conectadas à realidade da maioria dos brasileiros. Com a participação ativa desses grupos nos processos decisórios, as ações políticas se tornariam mais eficazes, pois seriam formuladas a partir das perspectivas de quem tem menos acesso a direitos. Esse modelo contribuiria para a construção de uma democracia substantiva, reduzindo desigualdades sociais e fortalecendo o regime democrático. Além disso, uma democracia mais inclusiva poderia gerar maior adesão entre as juventudes e outros setores da sociedade à política institucional, minimizando os riscos de retrocessos

democráticos e impedindo os constantes flertes com o autoritarismo e os golpes promovidos por setores conservadores.

CONCLUSÃO

O estudo busca compreender a juventude não apenas como uma fase etária, mas como uma categoria social e política construída historicamente. O objetivo central da pesquisa foi romper com definições limitadas que reduzem as juventudes a um grupo homogêneo e analisá-las a partir da diversidade de experiências e clivagens sociais. O texto também aborda a relação das juventudes com a política e as instituições democráticas, destacando sua participação em movimentos sociais e coletivos, que propõem novas formas de organização e engajamento.

Mostramos no texto que o senso comum frequentemente define as juventudes de maneira negativa, atribuindo-lhes características como irresponsabilidade, desinteresse político e imaturidade. Essa visão é marcada pelo adultocentrismo, que impõe a experiência adulta como norma e desqualifica as formas de participação das juventudes. Além disso, há uma tendência a enxergar a juventude como uma fase de transição, na qual os jovens ainda não teriam plena capacidade de agir politicamente. No entanto, essa concepção ignora o papel histórico das juventudes em mobilizações importantes, como as Diretas Já, os caras-pintadas e as Jornadas de Junho de 2013. Outro equívoco comum é a ideia de que as juventudes são naturalmente inclinadas à esquerda. Embora historicamente tenham protagonizado lutas progressistas, a última década demonstrou

que a juventude é politicamente diversa, incluindo desde setores conservadores até movimentos de extrema-direita.

Para superar essas limitações, o estudo propõe uma definição das juventudes baseada em cinco aspectos fundamentais: (1) a juventude como uma construção social e política; (2) sua diversidade, considerando as interseccionalidades de raça, gênero, classe e território; (3) o reconhecimento das juventudes como sujeitos de direitos; (4) seu protagonismo na luta por direitos e participação política; e (5) os ensinamentos que as juventudes oferecem sobre os limites da democracia e suas possibilidades de aprimoramento. Essa abordagem permite uma compreensão mais ampla das juventudes e de sua participação na sociedade, reconhecendo que sua atuação vai além do voto e da filiação partidária, abrangendo coletivos, ativismo digital e outras formas de engajamento.

A pesquisa enfatiza que as juventudes estão propondo novos modelos de democracia e participação, inspirados na estrutura dos coletivos, que operam de maneira mais horizontal e inclusiva. Esses coletivos não apenas reivindicam direitos para grupos historicamente marginalizados, mas também garantem que esses grupos participem das decisões que os afetam. Assim, os jovens não apenas apontam os limites da democracia representativa tradicional, mas também sugerem caminhos para sua transformação. Ao incluir diversidades nos espaços de poder e garantir a participação da maioria da população historicamente excluída, as juventudes desafiam as estruturas hierárquicas

e propõem uma democracia mais substantiva e acessível, combatendo a exclusão política e fortalecendo a participação cidadã.

Pesquisas futuras podem aprofundar essa definição ao investigar como diferentes juventudes vivem sua participação política e seu acesso a direitos em contextos diversos. Estudos comparativos entre países ou regiões podem contribuir para uma compreensão mais ampla das especificidades e desafios enfrentados pelas juventudes em diferentes cenários. Além disso, há potencial para pesquisas que explorem como políticas públicas podem ser reformuladas para incorporar efetivamente as perspectivas juvenis, promovendo inclusão e equidade.

Como recomendação prática, destaca-se a necessidade de garantir a participação das juventudes nas decisões políticas e institucionais. A democratização das instituições não deve se restringir à ampliação do acesso a políticas públicas, mas deve incluir ativamente as juventudes na formulação e implementação dessas políticas. Para que as instituições representem a maioria da população e atendam suas demandas, é fundamental que mulheres, negros/as, LGBTQIA+, jovens e moradores de periferias sejam incorporados nos processos decisórios. Essa inclusão não apenas fortalece a democracia, mas também contribui para políticas mais eficazes, alinhadas com a realidade da população que busca representar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. de O.; PEREZ, O. C. Juventudes e Cultura Política: ideologia como marcador social de diferença entre os jovens. *Cronia*, v. 19, p. 79-87, 2023.

BRASIL. *Estatuto da Juventude*. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.

CARNEIRO, A. S. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

GONÇALVES, B. Principais propostas do Plano de Governo Lula-Alckmin para a juventude. *Fundação 1º de Maio*, 12 ago. 2022. Disponível em: <https://www.fundacao1demai.org.br/principais-propostas-do-plano-de-governo-lula-alckimin-para-a-juventude/>. Acesso em: 21 fev. 2025.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Zahar, 2020.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)*, 2023.

MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

PEREZ, O. C. Legados de Junho de 2013: a proliferação dos coletivos para além do campo dos movimentos sociais. *Psicologia USP*, v. 35, 2024a.

PEREZ, O. C. A importância das diversidades nas análises sobre juventudes e participação política. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 29, 2024b.

PEREZ, O. C.; SOUZA, B. M. Coletivos universitários e o discurso de afastamento da política parlamentar. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, n. 1, p. 1-19, 2020.

PEREZ, O. C.; VOMMARO, P. Pautas da juventude estudantil no Brasil e na Argentina durante a pandemia. *Civitas*, Porto Alegre, v. 23, 2023.

PINHEIRO, D. *et al.* (org.). *Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças*. Rio de Janeiro: Unirio, 2016.

QUEIROZ, C. Desafios da juventude no Brasil. *IJCA*, 2022 Disponível em: <https://ijca.org.br/juventude-e-os-desafios-no-mundo-do-trabalho/>. Acesso em: 29 maio 2023.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. *Estatísticas sobre jovens eleitores*, 2023.

VOMMARO, P. *Juventudes y políticas en la Argentina y en América Latina: tendencias, conflictos y desafíos*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 2015.

Olivia Cristina Perez



Olivia Cristina Perez. Doutora em Ciência Política (2010) e mestre em Sociologia (2006) pela USP. Bacharelado e licenciatura plena em Ciências Sociais na UNESP/Araraquara. Tem estágio pós-doutoral (2021-2022) no Programa de Investigación en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud (CLACSO, Univ. Manizales/CINDE, FLACSO, UBA, PUC San Pablo, COLEF, CIPS, UNLa).

É professora adjunta na Universidade Federal do Piauí (UFPI) vinculada aos cursos de bacharelado em Ciências Sociais, mestrado em Ciência Política e doutorado em Políticas Públicas. É diretora da Editora e da Livraria da UFPI (EDUFPI). Ministra cursos de redação científica voltados à publicação de artigos em periódicos de estratos superiores e de uso da Inteligência Artificial na escrita cotidiana.

É diretora de Ensino de Pós-graduação na gestão da ABCP 2024-2026, secretária regional adjunta SBPC Piauí, coordenadora da AT Política Comparada – ABCP, do Comitê de Pesquisa Movimentos Sociais da SBS e do GT Controles Democráticos da ANPOCS. Coordenou o Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFPI (de 2017 a 2019 e 2023).

Foi editora associada da Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS/ANPOCS) (2019-2021) e presidente da Regional Nordeste da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) (2019-2021). Coordenou

o Fórum dos Coordenadores dos Programas de Pós-graduação da área de Ciência Política e Relações Internacionais durante o ano de 2021. Coordenou, junto com outras colegas, a sessão “experiências” do Observatório Latinoamericano y Caribeño en Primera Infancia, Niñez y Juventud (CINDE/CLACSO).

Atualmente desenvolve pesquisas sobre coletivos de juventudes (financiamento CNPQ/edital Universal) e sobre juventudes à direita com outros pesquisadores da CLACSO. É membro do Grupo de Trabalho Infâncias e Juventudes da CLACSO, do Núcleo Democracia e Ação Coletiva (NDAC/CEBRAP), do INCT Participa e líder do Grupo de pesquisa Democracia e Marcadores Sociais da Diferença da UFPI.

Sua área de pesquisa engloba temas como democratização da ciência, coletivos, participação social, movimentos sociais, feminismos e juventudes em perspectiva comparada com outros países da América Latina. Foi bolsista Produtividade em Pesquisa – UFPI (2021) e é bolsista produtividade do CNPq.

EVENTO DO IHU COM OLÍVIA CRISTINA PEREZ

- [Democracia e o espectro político das juventudes. Afetos, movimentos sociais e posicionamentos](#)

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 A teoria da justiça de John Rawls – José Nedel
- N. 02 O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo – Sonia Montañó
- N. 04 Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 O ruído de guerra e o silêncio de Deus – Manfred Zeuch
- N. 06 BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 Mundos televisivos e sentidos identitários na TV – Suzana Kilpp
- N. 08 Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada – Valério Cruz Brittos
- N. 10 Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo – Édison Luis Gastaldo
- N. 11 Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz – Márcia Tiburi
- N. 12 A domesticação do exótico – Paula Caleffi
- N. 13 Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular – Edla Eggert
- N. 14 Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS – Gunter Axt
- N. 15 Medicina social: um instrumento para denúncia – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 Mudanças de significado da tatuagem contemporânea – Débora Krischke Leitão
- N. 17 As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade – Mário Maestri
- N. 18 Um itinerário do pensamento de Edgar Morin – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 Os donos do Poder, de Raymundo Faoro – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 Sobre técnica e humanismo – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 Construindo novos caminhos para a intervenção societária – Lucilda Selli
- N. 22 Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático – Valério Rohden
- N. 24 Imagens da exclusão no cinema nacional – Miriam Rossini
- N. 25 A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – Rosa Maria Serra BavareSCO
- N. 27 O modo de objetivação jornalística – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 A cidade afetada pela cultura digital – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 Getúlio, romance ou biografia? – Juremir Machado da Silva
- N. 31 A crise e o êxodo da sociedade salarial – André Gorz
- N. 32 À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos – Marco Aurélio Santana
- N. 35 Adam Smith: filósofo e economista – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos

- N. 36 Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica – Airton Luiz Jungblut
- N. 37 As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial – Luiz Mott
- N. 39 Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo – Gentil Corazza
- N. 40 Corpo e Agenda na Revista Feminina – Adriana Braga
- N. 41 A (anti)filosofia de Karl Marx – Leda Maria Paulani
- N. 42 Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa” – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistemática de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo – Gérard Donnadiu
- N. 45 A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica – Lothar Schäfer
- N. 46 “Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju – Ceres Karam Brum
- N. 47 O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 Religião e elo social. O caso do cristianismo – Gérard Donnadiu
- N. 49 Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras – Evilázio Teixeira
- N. 51 Violências: O olhar da saúde coletiva – Éliada Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 Ética e emoções morais – Thomas Kesselring
- N. 53 Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 Computação Quântica. Desafios para o Século XXI – Fernando Haas
- N. 54 Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil – An Vranckx
- N. 55 Terra habitável: o grande desafio para a humanidade – Gilberto Dupas
- N. 56 O decrescimento como condição de uma sociedade convivial – Serge Latouche
- N. 57 A natureza da natureza: auto-organização e caos – Günter Küppers
- N. 58 Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades – Hazel Henderson
- N. 59 Globalização – mas como? – Karen Gloy
- N. 60 A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida – Cesar Sanson
- N. 61 Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo – Regina Zilberman
- N. 62 Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude – Cátia Addressa da Silva
- N. 64 Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo – Artur Cesar Isaia
- N. 65 Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical – Léa Freitas Perez
- N. 66 Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675) – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa – João Guilherme Barone
- N. 68 Contingência nas ciências físicas – Fernando Haas

- N. 69 A cosmologia de Newton – Ney Lemke
N. 70 Física Moderna e o paradoxo de Zenon – Fernando Haas
N. 71 O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade – Miriam de Souza Rossini
N. 72 Da religião e de juventude: modulações e articulações – Léa Freitas Perez
N. 73 Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa – Eduardo F. Coutinho
N. 74 Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho – Mário Maestri
N. 75 A Geologia Arqueológica na Unisinos – Carlos Henrique Nowatzki
N. 76 Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto – Ana Maria Lugão Rios
N. 77 Progresso: como mito ou ideologia – Gilberto Dupas
N. 78 Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda – Octavio A. C. Conceição
N. 79 Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul – Moacyr Flores
N. 80 Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território – Arno Alvarez Kern
N. 81 Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula – Gláucia de Souza
N. 82 Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de “sindicalismo populista” em questão – Marco Aurélio Santana
N. 83 Dimensões normativas da Bioética – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
N. 84 A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza – Attico Chassot
N. 85 Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo – Patrícia Almeida Ashley
N. 86 Autonomia na pós-modernidade: um delírio? – Mario Fleig
N. 87 Gauchismo, tradição e Tradicionalismo – Maria Eunice Maciel
N. 88 A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz – Marcelo Perine
N. 89 Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade – Laurício Neumann
N. 90 Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida – Maria Cristina Bohn Martins
N. 91 Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo – Franklin Leopoldo e Silva
N. 92 Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática – Daiane Martins Bocasanta
N. 93 A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro – Carlos Alberto Steil
N. 94 Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos – Cesar Sanson
N. 95 De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência – Peter A. Schulz
N. 96 Vianna Moog como intérprete do Brasil – Enildo de Moura Carvalho
N. 97 A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica – Marinês Andrea Kunz
N. 98 Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões – Susana Maria Rocca Larrosa
N. 99 Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house – Vanessa Andrade Pereira
N. 100 Autonomia do sujeito moral em Kant – Valerio Rohden
N. 101 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1 – Roberto Camps Moraes
N. 102 Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência – Adriano Premebida
N. 103 ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso – Eliane Schlemmer



- N. 104 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2 – Roberto Camps Moraes
- N. 105 Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos – Paula Corrêa Henning
- N. 107 Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático? – Telmo Adams
- N. 109 Transumanismo e nanotecnologia molecular – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 Formação e trabalho em narrativas – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda – Denis Gerson Simões
- N. 113 Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro – Sonia Montão
- N. 115 Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 Humanizar o humano – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 Colonizando e descolonizando mentes – Marcelo Dascal
- N. 119 A espiritualidade como fator de proteção na adolescência – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 A dimensão coletiva da liderança – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos – Eduardo R. Cruz
- N. 122 Direito das minorias e Direito à diferenciação – José Rogério Lopes
- N. 123 Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios – Wilson Engelmann
- N. 124 Desejo e violência – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 As nanotecnologias no ensino – Solange Binotto Fagan
- N. 126 Câmara Cascudo: um historiador católico – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável – Paulo Roberto Martins
- N. 131 A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 Linguagem, singularidade e atividade de trabalho – Marlene Teixeira e Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann – Leonardo Grison
- N. 134 Motores Biomoleculares – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 As redes e a construção de espaços sociais na digitalização – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras – Rodrigo Marques Leister
- N. 137 Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstróem suas vidas – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis – Maria Cristina Bohn Martins

- N. 139 Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades – Marise Borba da Silva
- N. 140 Platão e os Guarani – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 Direitos humanos na mídia brasileira – Diego Airoso da Motta
- N. 142 Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio – Greyce Vargas
- N. 143 Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 Inclusão e Biopolítica – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente – Bianca Sordi Stock
- N. 146 Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD – Camila Moreno
- N. 147 O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais – Caetano Sordi
- N. 148 Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS – Fernanda Schutz
- N. 149 Cidadania, autonomia e renda básica – Josué Pereira da Silva
- N. 150 Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética – José Rogério Lopes
- N. 151 As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou “por que voltar ao México 100 anos depois” – Claudia Wasserman
- N. 153 Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate – Stefano Zamagni
- N. 154 Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'ýikue no município de Caarapó-MS – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica – Stefano Zamagni
- N. 156 Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento – Stefano Zamagni
- N. 158 “Passemos para a outra margem”: da homofobia ao respeito à diversidade – Omar Lucas Perrou Fortes de Sales
- N. 159 A ética católica e o espírito do capitalismo – Stefano Zamagni
- N. 160 O Slow Food e novos princípios para o mercado – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião – André Brayner de Farias
- N. 162 O modus operandi das políticas econômicas keynesianas – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas – André Luiz da Silva
- N. 164 Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich? – Serge Latouche
- N. 165 Agostos! A “Crise da Legalidade”: vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 Convivialidade e decrescimento – Serge Latouche
- N. 167 O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 O decrescimento e o sagrado – Serge Latouche
- N. 169 A busca de um ethos planetário – Leonardo Boff
- N. 170 O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo – Marco Antonio de Abreu Scapini

- N. 171 Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes – Gerson Egas Severo
- N. 172 Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais – Bruno Pucci
- N. 173 Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral – João Roberto Barros II
- N. 174 Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas – Marcelo Fabri
- N. 175 Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 Um caminho de educação para a paz segundo Locke – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos – Lenio Luiz Streck
- N. 179 Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro – José Rogério Lopes
- N. 183 A Europa e a ideia de uma economia civil – Stefano Zamagni
- N. 184 Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como “discurso-limite”) – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade – Stefano Zamagni
- N. 186 A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção – Luis David Castiel
- N. 189 Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero – Marlene Tamanini
- N. 190 Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito – Claudia Fonseca
- N. 191 #VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 A ciência em ação de Bruno Latour – Leticia de Luna Freire
- N. 193 Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico – Adolfo Nicolás
- N. 197 Brasil: verso e reverso constitucional – Fábio Konder Comparato
- N. 198 Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari



- N. 200 Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética – Jordi Maiso
- N. 202 Fim da Política, do Estado e da cidadania? – Roberto Romano
- N. 203 Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania – Maria da Glória Gohn
- N. 204 As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro – Fábio Konder Comparato
- N. 206 Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual – Karla Saraiva
- N. 207 Territórios da Paz: Territórios Produtivos? – Giuseppe Cocco
- N. 208 Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 As possibilidades da Revolução em Ellul – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben – Márcia Rosane Junges
- N. 211 Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo – Sandra Caponi
- N. 212 Verdade e História: arqueologia de uma relação – José D’Assunção Barros
- N. 213 A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ – José Odello Schneider
- N. 214 Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze – Sandro Chignola
- N. 215 Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 A realidade complexa da tecnologia – Alberto Cupani
- N. 217 A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend – Hans Georg Flickinger
- N. 218 O ser humano na idade da técnica – Humberto Galimberti
- N. 219 A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre – Halina Macedo Leal
- N. 220 O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil – José Eduardo Franco
- N. 221 Neurofuturos para sociedades de controle – Timothy Lenoir
- N. 222 O poder judiciário no Brasil – Fábio Konder Comparato
- N. 223 Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão – Jesús Conill Sancho
- N. 224 O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867) – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais – Xavier Albó
- N. 226 Justiça e perdão – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor) – Martín Almada
- N. 228 A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo – Sandro Chignola
- N. 229 Um olhar biopolítico sobre a bioética – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida – Jesús Conill Sancho
- N. 232 Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança – Elsa Cristine Bevia
- N. 234 O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira – Róber Iturriet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945) – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 Economias Biopolíticas da Dívida – Michael A. Peters

- N. 237 Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação – Halina Macedo Leal
- N. 238 O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global? – Leandro Inácio Walter
- N. 239 Brasil: A dialética da dissimulação – Fábio Konder Comparato
- N. 240 O irrepresentável – Homero Santiago
- N. 241 O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 Uma crise de sentido, ou seja, de direção – Stefano Zamagni
- N. 243 Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão – Dirce Koga
- N. 244 A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal – Alexandre Filordi de Carvalho
- N. 245 Esquecer o neoliberalismo: aceleração como terceiro espírito do capitalismo – Moisés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo – Andrea Fumagalli
- N. 247 Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo – Dora Lilia Marín-Díaz
- N. 248 Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia – Roberto Romano
- N. 249 Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980) – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira – Francini Lube Guizardi
- N. 252 A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades? – Vinícius Nicastro Honesko
- N. 254 Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva – Jean-Bosco Kakozi Kashindi
- N. 255 Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles – Marcelo Castañeda
- N. 256 Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização – Altair Sales Barbosa
- N. 258 O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical? – Moisés Pinto Neto
- N. 260 Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre? – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo – Henrique Costa
- N. 262 As sociabilidades virtuais glocalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira – Sauro Bellezza
- N. 264 Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) – Stela N. Meneghel
- N. 265 Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos – Aline Albuquerque
- N. 267 O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil – Giuseppe Tosi
- N. 268 Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia? – Alana Moraes de Souza

- N. 269 A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna – Viviane Zarembski Braga
- N. 271 O que caminhar ensina sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza – Flavio Williges
- N. 272 Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana – Rafael Lopez Villasenor
- N. 273 Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira – Celso Gabatz
- N. 274 Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo – Acauam Oliveira
- N. 275 Tendências econômicas do mundo contemporâneo – Alessandra Smerilli
- N. 276 Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord – Atilio Machado Peppe
- N. 277 O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social – José Roque Junges
- N. 278 Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco
- N. 279 O mal-estar na cultura medicamentalizada – Luis David Castiel
- N. 280 Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia – Alain Gignac
- N. 281 A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual – Mário José Maestri Filho
- N. 282 A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo – Angela Ganem
- N. 283 Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 Renda básica em tempos difíceis – Josué Pereira da Silva
- N. 285 Isabelle Stengers No tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obras – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 O “velho capitalismo” e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Sloterdijk – Itamar Soares Veiga
- N. 288 Para arejar a cúpula do judiciário – Fábio Konder Comparato
- N. 289 A Nova Previdência via de transformação estrutural da seguridade social brasileira – Marilinda Marques Fernandes
- N. 290 A Universidade em busca de um novo tempo – Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes
- N. 291 Tributação, políticas públicas e propostas fiscais do novo governo – Róber Iturriet Avila e Mário Lúcio Pedrosa Gomes Martins
- N. 292 As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras – Aloir Pacini
- N. 293 Mudança de paradigma pós-crise do coronavírus – Fábio Carlos Rodrigues Alves
- N. 294 O Mar da Unidade: roteiro livre para a leitura do Masnavi de Rûmî – Faustino Teixeira
- N. 295 Função social da propriedade e as tragédias socioambientais de Mariana e Brumadinho: Um constitucionalismo que não é para valer – Cristiano de Melo Bastos
- N. 296 O desassossego do leitor: subjetividades juvenis e leitura na contemporaneidade – Maria Isabel Mendes de Almeida
- N. 297 Escatologias tecnopolíticas contemporâneas – Ednei Genaro
- N. 298 Narrativa de uma Travessia – Faustino Teixeira
- N. 299 Efeito covid-19: espaço liso e Bem Viver– Wallace Antonio Dias Silva
- N. 300 Zeitgeist pós-iluminista e contrarrevolução cientificista na análise econômica– Armando de Melo Lisboa

- N. 301 Educação, tecnologias 4.0 e a estetização ilimitada da vida: pistas para uma crítica curricular– Roberto Rafael Dias da Silva
- N. 302 Mídia, infância e socialização: perspectivas contemporâneas - Renata Tomaz
- N. 303 A colonialidade do poder no direito à cidade: a experiência do Cais Mauá de Porto Alegre - Karina Macedo Gomes Fernandes
- N. 304 Ártico, o canário da mina para o aquecimento global - Flavio Marcelo de Mattos Paim
- N. 305 A transformação dos atores sociais em produção e recepção: trajeto empírico-metodológico de uma pesquisa - Aline Weschenfelder
- N. 306 Impactos Ambientais de Parques Eólicos no Semiárido Baiano: do licenciamento atual a novas perspectivas - Rosana Batista Almeida
- N. 307 História de José, O Carpinteiro, como narratividade de Esperança - Patrik Bruno Furquim dos Santos
- N. 308 Violências, injustiças e sofrimento humano: o impacto das desigualdades sociais nas percepções de Martín-Baró, Ricoeur e Nietzsche - Lina Faria e Rafael Andrés Patino
- N. 309 Catadores de materiais recicláveis: novos sujeitos de direitos na construção da sustentabilidade ambiental - Mariza Rios e Giovanna Rodrigues de Assis
- N. 310 A imagem do pobre nos filmes de Pasolini e Glauber como chave para compreender a ação do capitalismo - Vladimir Lacerda Santafé
- N. 311 Aprendizados no campo da metodologia de orientação acadêmica - Faustino Teixeira
- N. 312 O Desespero Inconsciente de Kierkegaard: melancolia, preguiça, vertigem e suicídio - Paulo Abe
- N. 313 Os Direitos Humanos como parâmetro para as democracias contemporâneas: o caso brasileiro - José Dalvo Santiago da Cruz
- N.314 Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas - Castor M.M. Bartolomé Ruiz
- N. 315 Capital e ideologia de Thomas Piketty: um breve guia de leitura - Alexandre Alves
- N. 316 "Ecologia com espírito dentro": sobre Povos Indígenas, Xamanismo e Antropoceno - Nicole Soares Pinto
- N. 317 A chacinagem dos chiquitanos - Aloir Pacini e Loyuá Ribeiro F. M. da Costa
- N. 318 Mestre Eckhart: Deus se faz presente enquanto ausência de imagens e de privilégios - Matteo Raschiatti
- N. 319 Indígenas nas cidades: memórias "esquecidas" e direitos violados - Alenice Baeta
- N. 320 Pindó Poty é Guarani! - Roberto Antonio Liebgott e Aloir Pacini
- N. 321 Desbravar o Futuro. A antropotecnologia e os horizontes da hominização a partir do pensamento de Peter Sloterdijk - Rodrigo Petronio
- N. 322 A Trajetória Metodológica Suscitadora de Jesús Martín-Barbero - Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre
- N. 323 O capitalismo de crise: lógicas e estratégias de dominação - Luiz Inácio Gaiger
- N. 324 O trabalho humano no magistério do Papa Francisco - André Langer
- N. 325 Uma discussão acerca da liberdade da consciência humana: convergências e divergências entre Kierkegaard e Lutero - Heloisa Allgayer e Rafael Francisco Hiller
- N. 326 Técnica e Ética no contexto atual - Oswaldo Giacoia Junior
- N. 327 O amor ao próximo como categoria ética em Simone Weil - Ana Lúcia Guterres Dias
- N. 328 Uma abordagem da filosofia de Miki Kiyoshi - Fernando Wirtz
- N. 329 Yuval Noah Harari: pensador das eras humanas - Rodrigo Petronio
- N. 330 O Mundo é um grande Olho que vemos e que nos vê - José Angel Quintero Weir
- N. 331 A indecente hermenêutica bíblica de Clarice Lispector - João Melo e Silva Junior
- N. 332 Juventudes e as "novas" expressões da participação política - Flávio Munhoz Sofiati

- N. 333 A virosfera: aprendendo a viver com o desconhecido - Eben Kirksey
- N. 334 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume I - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 335 O Antropoceno e as ruínas da democracia: a condição humana como monstruosidade - Adriano Messias
- N. 336 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume II - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 337 O Direito e o Averso - Fábio Konder Comparato
- N. 338 Sobre o mecanismo do terrorismo político-fascista: a violência estocástica da serpente do fascismo - Rudá Ricci e Luís Carlos Petry
- N. 339 MESOCENO. A Era dos Meios e o Antropoceno - Rodrigo Petronio
- N. 340 Religião, Direito e o Redobramento de Ideias - Colby Dickinson
- N. 341 Usos do território e as cidades em transformação. Um olhar a partir da Geografia de Milton Santos - Marina Regitz Montenegro
- N. 342 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume III - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 343 Raça, etnia, negro, preto ou gênero humano? Conceitos, leitura de mundo e reflexo nas formas de pensar, ser e interagir - Iael de Souza
- N. 344 Daqui deste planeta: (t)erra deíctica e sazonalidade cosmopolítica - Hilan Bensusan
- N. 345 Mundo Invisível: a teia vital sob os nossos pés - Faustino Teixeira (org.)
- N. 346 O controle do lazer na sociedade de consumo: reflexões à luz da teoria crítica - Valquíria Padilha e Jean Henrique Costa
- N. 347 João Saldanha: um comunista na seleção brasileira de futebol durante o governo militar. Da ditadura à redemocratização. Futebol na sociedade como fator democrático (1966-1990) - Marcelo de Azevedo Zanotti
- N. 348 Depois da Inteligência Artificial - Cosimo Accoto, Massimo Di Felice e Eliane Schlemmer
- N. 349 Basta de fósseis - Dominic Boyer
- N. 350 Capitalismo e saúde mental: causa social, sofrimento privatizado - Iael de Souza, Evaldo Piolli e José Roberto Montes Heloani
- N. 351 A transição dos combustíveis fósseis, a crise energética na Europa e a guerra na Ucrânia - Simon Pirani
- N. 352 Guerra russa na Ucrânia. Terrorismo energético, ciberguerra e atmoterrorismo - Svitlana Matviyenko
- N. 353 Pequena história futura das enchentes do rio Caí - Caio F. Flores-Coelho
- N. 354 Por uma agricultura sustentável no Brasil - M. Madeleine Hutyra de Paula Lima
- N. 355 A máquina com um rosto humano: da inteligência artificial à sciência artificial - Sylvain Lavelle
- N. 356 Filmes em Perspectiva - Faustino Teixeira
- N. 357 Varsóvia e Gaza: dois guetos e o mesmo nazismo - Luiz Cláudio Cunha
- N. 358 Tecnofisiologia e ontologia híbrida: novas interações entre máquinas e corpo humano - Roberto Marchesini
- N. 359 Teoria dos Quatro Cosmogramas - Moysés Pinto Neto
- N. 360 Capitalismo e cismogênese - Sven Lütticken
- N. 361 Revolução informacional e a nova classe trabalhadora - Marcio Pochmann
- N. 362 O ancião missionário e os anciãos Bóe-Bororo: autobiografia indígena, identidade narrativa e apropriação religiosa recíproca - Eloir Inácio de Oliveira e Aloir Pacini
- N. 363 A construção política da Economia de Francisco e Clara no Brasil - Eduardo Brasileiro
- N. 364 Um olhar retrospectivo - Hans Jonas
- N. 365 Constitucionalismo Inter-sistêmico e o Direito das Minorias: a proteção dos povos indígenas na sociedade global - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 366 Novos dilemas da IA: a inteligência quer se expandir e o organismo quer perdurar. Por que e como a IA generativa pensa e raciocina - Lucia Santaella



- N. 367 Paul Ricoeur e a historiografia: primeiros diálogos em *História e Verdade* (1955)
- Bruno dos Santos Nascimento
- N. 368 Tutela climática dos povos indígenas no Rio Grande do Sul e a proteção dos territórios ancestrais: direito ao futuro e à dimensão ecológica da dignidade humana
- Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 369 Autonomia: os povos estão transitando por um novo caminho emancipatório -
Raúl Zibechi
- N. 370 IA e a experiência da pobreza - Levi Checketts
- N. 371 O pluralismo jurídico e os sistemas jurídicos indígenas - Gabriel dos Anjos Vilardi

 UNISINOS